



ChildFund®  
International

FLACSO  
GUATEMALA

MAPEAMENTO

DE FATORES DE RISCO  
E **PROTEÇÃO** A  
MENINOS, MENINAS E ADOLESCENTES

NA **AMÉRICA**  
**LATINA**



ChildFund  
Brasil  
Fundo para Crianças

**Brasil**

# Créditos

## Direção

Mario Lima  
Diretor Regional para as Américas, ChildFund

## Coordenação de mapeamento em países da região

Karla Renata Corrêa Viana  
Assessora de Desenvolvimento Comunitário e Proteção Infantil,  
ChildFund Brasil

• Yli A. Felipe Wood  
Especialista em Proteção Infantil, ChildFund México

• Mónica Núñez López  
Especialista em Proteção à Criança e ao Adolescente,  
ChildFund Bolívia

• Patricia Betancourt  
Especialista em Proteção Infantil, ChildFund Honduras

• Leonor Fernández  
Especialista em Proteção à Criança e ao Adolescente,  
ChildFund Equador

• Guillermo Leveaman  
Especialista em Proteção à Criança e ao Adolescente,  
ChildFund Guatemala

• Luis Miguel Guiferréz  
Gerente de Portfólio Associado, ChildFund Guatemala

• Maria Cristina Barrera  
Gerente de Portfólio Associado ChildFund Equador

• Sheila Maldonado  
Especialista de Programas, ChildFund Bolívia

• Patricia Betancourt  
Especialista Técnica, ChildFund Honduras

• Doyst Kocchhu  
Gerente de Mobilização de Recursos, ChildFund Honduras

• Saleg Eid  
Gerente de Programas, ChildFund Bolívia

## Coordenação de sistematização regional

• Maria Fernanda López Porillo  
Especialista Regional em Defesa e Comunicação, ChildFund  
Américas

## Sistematização e análise regional

• Engel Tally, FLACSO Guatemala

## Comentários acadêmicos

• Aimée Rodríguez  
FLACSO Guatemala

• Ana Silvia Montón  
FLACSO Guatemala

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

• Leticia López Villarreal  
Universidade de Monterrey

## Design e layout

• Estúdio de Design e Consultoria El Ático [www.elaticodg.com](http://www.elaticodg.com)

## Tradução para Português

• ChildFund Brasil

# Tabela de conteúdos

Síntese.....	4
I. Mapeamento de fatores de risco e proteção a MMA na América Latina.....	5
Fatores de Risco.....	5
1. Inter-relação dos fatores de risco em casa.....	7
2. Fatores de proteção na escola.....	8
3. Inter-relação dos fatores de risco na comunidade.....	8
4. Fatores de risco e gênero.....	9
Fatores de Proteção.....	10
1. Fatores de proteção em casa.....	11
2. Fatores de proteção na escola.....	12
3. Fatores de proteção na comunidade.....	12
II. Brasil.....	13
a. Introdução.....	13
b. Fatores de risco.....	13
c. Fatores de proteção.....	17
III. O que podemos fazer para fortalecer a proteção de MMA no Brasil?.....	20
a. Fortalecimento do quadro institucional e do nível municipal.....	20
b. Serviços.....	21
c. Participação de MMA.....	23
d. Mudança de normas e atitudes.....	23
e. Recomendações para erradicação da violência por área.....	24
1. Âmbito familiar.....	24
2. Âmbito escolar.....	25
3. Âmbito comunitário.....	25

# Siglas

- CA - Crianças e adolescentes
- MMA - Meninos, meninas e adolescentes
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CT - Conselho Tutelar
- COCODE - Conselho de Desenvolvimento
- DIF - Sistemas para o desenvolvimento integral da família
- REJUDES - Rede de Juventudes em Defesa dos seus Direitos Sociais
- SIPPROINA - Sistema plurinacional para a proteção integral de crianças e adolescentes
- VIO - Vice Ministério da Igualdade de Oportunidades
- FELCV - Força especial de combate à violência
- DP - Defensoria do Povo / Ouvidoria
- SEDEGES - Serviço de gestão social departamental
- DNA - Ouvidorias de crianças e adolescentes
- SLIM - Serviço jurídico municipal abrangente
- CEI - Centros de educação abrangente
- UPRI - Unidade de Proteção à Criança
- YPDB - Campos de petróleo fiscais bolivianos
- SNDPINA - Sistema descentralizado de proteção integral a crianças e adolescentes
- DINAPEN - Polícia Especializada para Crianças e Adolescentes
- GAD - Governo autônomo e descentralizado
- MIES - Ministério da Inclusão Econômica e Social
- SIPINNA - Sistema nacional de proteção integral dos direitos de meninas, meninos e adolescentes

# I. Mapeamento de fatores de risco e proteção a MMA NA América Latina.

## Fatores de Risco

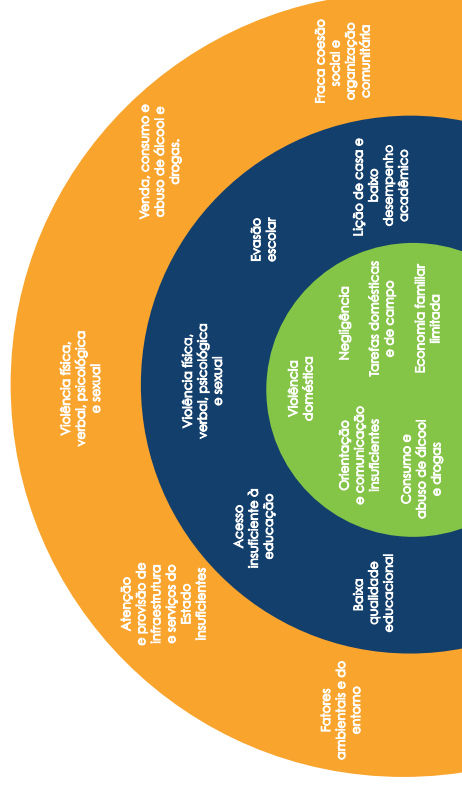


Ilustração 1. Fatores de risco de MMA



Diagrama 1. Inter-relação dos fatores de risco em casa

## 2. Fatores de proteção na escola

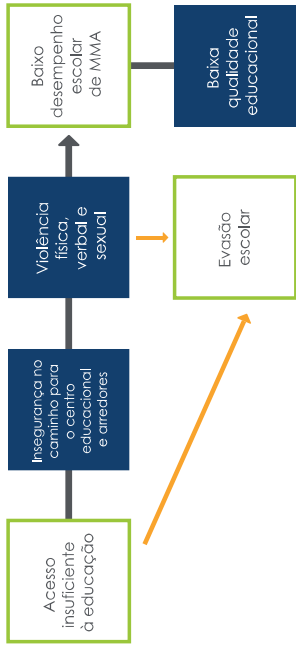


Diagrama 2. Inter-relação dos fatores de risco na escola

## 3. Inter-relação dos fatores de risco na comunidade

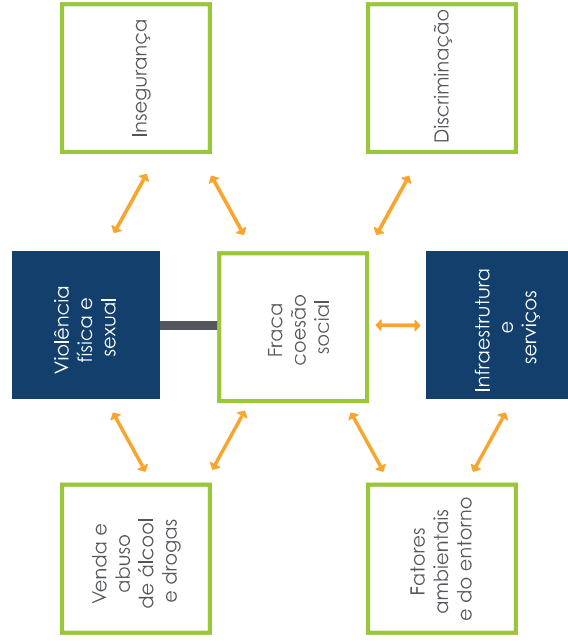


Diagrama 3. Inter-relação dos fatores de risco na comunidade

## 4. Fatores de risco e gênero

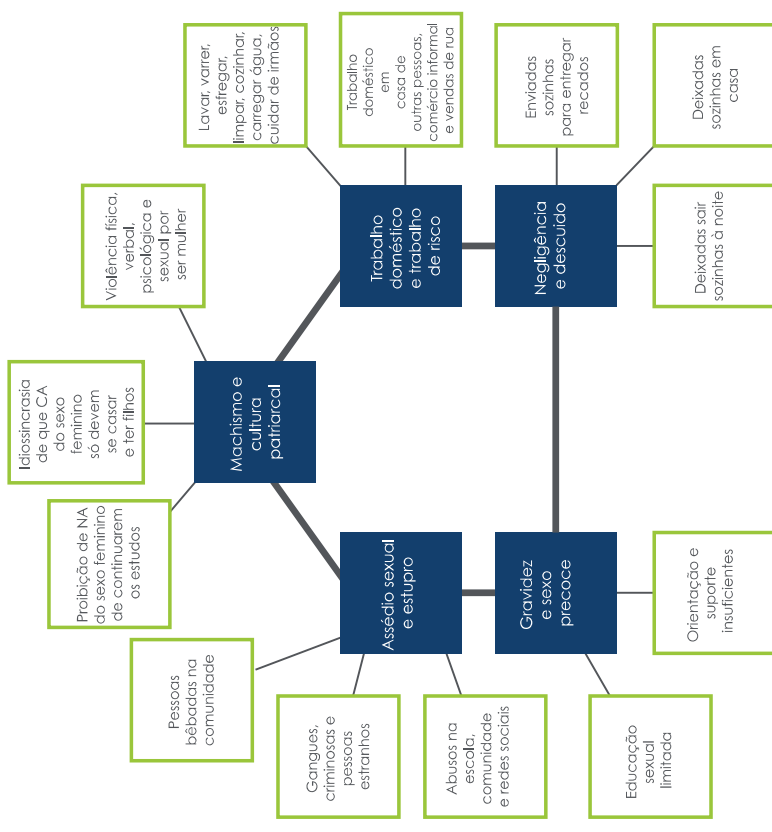


Diagrama 4. Inter-relação dos fatores de risco na comunidade



## 2. Fatores de proteção na escola

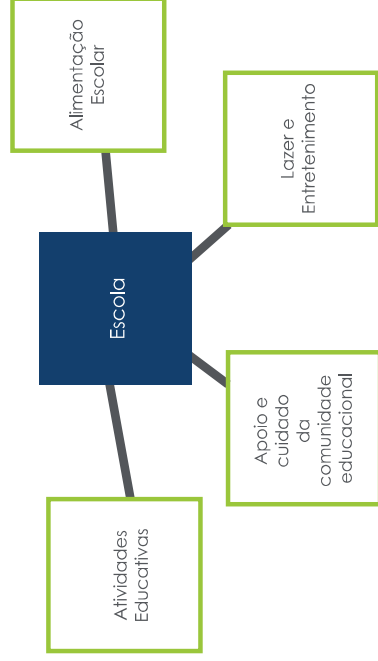


Diagrama 6. Fatores de proteção na escola

## 3. Fatores de proteção na comunidade

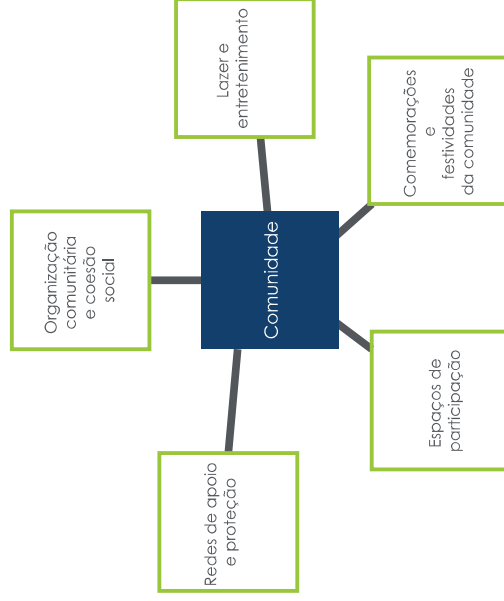


Diagrama 7. Fatores de proteção na comunidade

# II. Brasil

## a. Introdução

O mapeamento participativo dos fatores de risco e proteção no Brasil foi realizado em 13 comunidades nos estados do Ceará, Bahia, Piauí e Minas Gerais. Nove das 13 comunidades estão localizadas em contextos urbanos, enquanto quatro, em contextos rurais. O Brasil tem uma diversidade étnica significativa e a população que participou do mapeamento era principalmente negra, parda e branca, em contextos urbanos e rurais. Os fatores de risco e proteção identificados nas comunidades brasileiras participantes do mapeamento são apresentados a seguir; a experiência que crianças e adolescentes tiveram em cada área de sua socialização e interação é descrita com mais detalhes (casa, escola e comunidade).

## b. Fatores de risco

### 1. Âmbito familiar

Na perspectiva dos MMA e adultos brasileiros participantes, os principais fatores presentes no lar são a violência doméstica (física, verbal e psicológica), a negligência, a limitada economia familiar e a insuficiente orientação e comunicação familiar. Em torno da violência familiar, MMA comentam que seus responsáveis têm comportamentos abusivos, principalmente ao considerar que o castigo físico e verbal é socialmente aceito como medida de correção e educação em casa. MMA comentam que essa violência é mais frequente quando há consumo de álcool ou drogas por membros da família (pais ou irmãos). No domicílio existe uma certa negligência involuntária por parte dos cuidadores, que se ausentam de casa em busca de trabalho devido às escassas oportunidades de emprego no local de residência. Inevitavelmente, a renda familiar insuficiente devido à escassez de empregos e à economia familiar limitada significa que os pais não podem fornecer alimentos, roupas e recreação suficientes para MMA. Em certos casos, e para apoiar a economia familiar, MMA também fazem trabalhos remunerados e não remunerados em casa, no campo e na rua. Essa situação precária nas casas faz com que os responsáveis não sejam capazes de fornecer orientação suficiente para MMA (por exemplo, dar conselho, cuidar), bem como estabelecer uma comunicação mais próxima para que MMA possam expressar suas preocupações e aspirações. Nesta situação, MMA tendem a se sentir pouco valorizados, compreendidos e ouvidos em casa, por isso optam por encontrar apoio em outras áreas fora de casa, o que podem torná-los vulneráveis.

Dificuldades relacionadas à orientação insuficiente em casa têm diferenças entre os sexos. Por exemplo "alguns pais acham que seus filhos, por serem homens, deveriam ter permissão para fazer qualquer coisa, enquanto as mulheres deveriam ficar em casa ajudando a mãe e isso é tudo". Certamente, essa falta de orientação e comunicação dentro de casa torna vulneráveis os MMA do sexo masculino quando se envolvem em atividades de risco, como envolvimento no uso ou tráfico de drogas; e a MMA mulheres, em exploração, confinamento e isolamento em casa. No entanto, isso também tem "vantagens" indiretas, como uma adolescente comenta em um grupo de discussão: "Ajudamos a família nas tarefas domésticas e depois temos tempo para estudar. Os meninos ajudam no campo e quando chegam em casa estão muito cansados e incapazes de estudar". Os resultados do mapeamento no Brasil indicam que no meio rural as mulheres têm maiores oportunidades de continuar os estudos em comparação aos homens, que frequentemente são submetidos a trabalhos no campo. Apesar disso, o acesso ao ensino médio e superior nas áreas rurais é limitado, obrigando homens e mulheres a migrar para os centros urbanos em busca de oportunidades.

### 2. Âmbito escolar

No ambiente escolar, MMA e adultos relatam principalmente fatores de risco como violência física, verbal e psicológica, evasão escolar e baixa qualidade educacional. A violência no ambiente escolar se manifesta principalmente por meio de ofensas (bullying), que incluem agressões físicas diretas, que podem levar a brigas, bem como diferentes expressões de discriminação com base em status e identidade de classe, "raça", gênero (feminino) ou orientação sexual (homo afetividade). Além disso, MMA afirmam que recebem agressão verbal de professores como medidas de "correção" aceitas no ambiente escolar. Na maioria das comunidades participantes do mapeamento, também houve uma significativa evasão de adolescentes e jovens, devido à interrupção dos estudos por conta das responsabilidades do trabalho (especialmente em contextos rurais), o envolvimento de jovens no uso ou tráfico de drogas (em contextos urbanos) e violência vivida no ambiente escolar. Um último fator de risco na escola é a baixa qualidade educacional: quanto a este fator, MMA e adultos apontam a precariedade da infraestrutura escolar (insuficiente espaço, higiene, manutenção), baixa preparação do professor e baixa qualidade da alimentação escolar. Soma-se a isso a comunicação limitada entre professores e pais, o que dificulta o atendimento oportuno e a assistência a MMA a favor de seu desempenho escolar.

### 3. Âmbito comunitário

No ambiente comunitário, os principais fatores de risco indicados por MMA e adultos estão ligados à venda, consumo e abuso de álcool e tráfico de drogas; à violência física, verbal, psicológica e sexual, fraca coesão social e organização comunitária, insuficiente

## Comunidade

- Venda, consumo e abuso de álcool e tráfico de drogas
- Violência física, verbal, psicológica e sexual
- Fraca coesão social e organização comunitária
- Atenção insuficiente e provisão de infraestrutura e serviços do Estado
- Fatores ambientais e do entorno

## Escola

- Violência física, verbal e psicológica
- Evasão escolar
- Baixa qualidade educacional

## Casa

- Violência doméstica (física, verbal e psicológica)
- Negligência
- Economia familiar limitada e desemprego
- Insuficiente orientação e comunicação familiar

Ilustração 3. Fatores de risco de MMA, Brasil

atenção e oferta de infraestrutura e serviços do Estado e fatores ambientais e do entorno, entre outros. Sem exceção, em todas as comunidades brasileiras onde foi realizado o mapeamento, a venda, consumo e abuso de álcool e tráfico de drogas foram apontados como fator de risco. MMA e adultos comentam que os bares, cantinas ou clubes em suas comunidades onde o álcool é vendido e consumido são um importante fator de risco. Em particular, MMA comentam que esses lugares são inseguros e lhes causam medo porque as pessoas sob a influência do álcool tendem a intimidá-los e agredí-los verbalmente, fisicamente e sexualmente. No caso do narcotráfico, o risco é preocupante pelos constantes assassinatos e confrontos armados que MMA observam entre facções rivais ou gangues de traficantes. Da mesma forma, traficantes e pessoas sob influência de álcool ou drogas tendem a ocupar espaços públicos, áreas recreativas e esportivas (avenidas principais, parques, campos desportivos, margens de rios, locais de descanso etc.) e, portanto, proíbem as possibilidades de que MMA possam usá-los para lazer, recreação e esportes.

Somam-se a isso fenômenos relacionados à insegurança e ao crime, como roubos, agressões, brigas de rua e assédio sexual a pessoas sob a influência de álcool ou drogas, bem como a presença de estranhos de origem duvidosa. Adultos indicam existência de exploração sexual de adolescentes e mulheres jovens, bem como gravidez precoce. Pelo outro lado, MMA afirmam estar sujeitos a várias formas de discriminação, principalmente por idade, classe, cor, gênero, localização geográfica, orientação sexual e deficiência. Meninos e meninas comentam não serem ouvidos ou levados em consideração devido à pouca idade, enquanto adolescentes e jovens indicam serem excluídos e não valorizados. Pelo contrário, adolescentes afirmam estarem sujeitos a vários estereótipos como "não tem compromisso", "são irresponsáveis" e serem "violentos". Neste último, os jovens, especialmente os negros em contextos urbanos, tendem a ser perseguidos, intimidados e criminalizados pelas forças de segurança pública (polícia) com base na sua idade, classe, cor e aparência física. No caso de adolescentes e mulheres jovens, se tende a justificar o assédio sexual e o abuso sexual pela forma como se vestem. Além disso, MMA residentes

de contextos rurais são discriminados por causa de seu local de residência; os adolescentes do sexo masculino são discriminados por sua orientação sexual e, em outros casos, por serem portadores de deficiência.

Outro fator de risco relevante no nível da comunidade é a fraca coesão social e organização da comunidade. Em certo ponto, isso impede a comunidade de se mobilizar para ser agente e catalisadora de ações afirmativas em prol da proteção de MMA. O mapeamento realizado também evidenciou desconhecimento, desconfiança e acesso limitado aos mecanismos de proteção de MMA disponíveis e ao alcance da comunidade, principalmente pertencentes a órgãos governamentais, como o Conselho Tutelar. Além disso, as famílias tendem a evitar denunciar abusos contra crianças por medo de represálias dos criminosos.

Nas comunidades participantes do mapeamento também há atenção e oferta insuficiente de infraestrutura e serviços por parte do Estado. Por um lado, indica-se que as instituições estatais não são confiáveis porque não fornecem uma resposta rápida, eficiente e eficaz aos seus problemas. Acreditamos que, embora as instituições do Estado estejam presentes, não são suficientemente ativas, não chegam à população e carecem de gestão para as suas necessidades. Alguns participantes comentam que somente durante os períodos eleitorais o Estado atende às necessidades sentidas da população. Provavelmente o maior descaso do Estado refere-se às insuficientes oportunidades educacionais e de inserção laboral dos jovens, gerando fluxos migratórios de jovens - homens e mulheres - para as cidades vizinhas e distantes do interior. Por outro lado, é notável a insuficiência de infraestrutura e serviços prestados pelo Estado, principalmente no meio rural. O mapeamento realizado evidenciou pouca ou nenhuma pavimentação de vias, sinalização, esgoto, iluminação pública, água potável e, em alguns casos, energia elétrica. Da mesma forma, as áreas de esportes e recreação tendem a ser escassas, deterioradas ou exigir revitalização, restringindo, em qualquer caso, o direito à recreação e lazer de MMA. A situação dos adolescentes e jovens é urgente também pelo escasso e limitado acesso ao ensino secundário, limitando o seu desenvolvimento intelectual e profissional e o seu direito à educação.

Finalmente, o processo de mapeamento revelou vários fatores ambientais e de entorno que afetam MMA, em contextos rurais e urbanos. Nos contextos rurais, MMA expuseram seu medo animais peçonhentos, bem como lugares isolados, sem iluminação onde eles se sentem inseguros. Os adultos acrescentam que as secas recorrentes, a escassez de água e as inundações nas estações chuvosas são riscos ambientais eminentes que afetam a comunidade e o seu bem-estar de MMA. Em contextos urbanos, os riscos ambientais de entorno referem-se principalmente à poluição ambiental, bem como aos acidentes de trânsito e atropelamento de MMA devido ao tráfego pesado e perigo de trânsito de veículos em alta velocidade, bem como adolescentes e jovens que dirigem motocicletas sem a habilitação necessária e maiores cuidados.

Outro fator de risco identificado na maioria das comunidades participantes do mapeamento foi o uso não supervisionado da internet e das redes sociais. Os adultos consideram que seu uso causa dependência em MMA, que são expostos a conteúdo impróprio (ex.: pornografia) e que são vulneráveis a riscos na web (ex.: cyberbullying). As crianças também apontam o uso da internet pelos pais e responsáveis, que muitas vezes entretidos com o celular acabam não dando a atenção que as crianças esperam e/ou necessitam.

## C. Fatores de proteção

### 1. Âmbito familiar

Diante dos múltiplos fatores de risco identificados nas comunidades de mapeamento no Brasil, diversos fatores de proteção são priorizados nas três áreas de interação de MMA. Em casa, MMA relatam sentir-se protegidos com as orientações e apoio familiar que recebem, proteção, demonstrações de afeto e motivação de parentes, tal como comida e nutrição que recebem. Neste sentido, MMA indicam que apreciam os conselhos positivos que recebem em casa, o apoio com as atividades escolares (tarefa de casa) e o apoio em situações que os afetam. Para MMA, estar junto e compartilhar em família são momentos valiosos, assim como estar em estreita comunicação com a mãe e o pai, que prestam atenção neles. De maneira especial, MMA comentam que a preocupação de seus responsáveis os faz sentirem-se protegidos, principalmente quando adoecem, pois "Eles nos levam ao médico, dão remédios e fazem o que for necessário para a gente ficar bem".

Igualmente, MMA estimam palavras de carinho (como "Te amo"), incentivo e motivação, especificamente parabéns pela excelência nos estudos e incentivo para continuar estudando. Da mesma forma, faz com que se sintam bem receber abraços e carinho de responsáveis e familiares (ex.: avós), que contribuem para o seu bem-estar emocional e psicológico. Para MMA, a alimentação que recebem em casa também é fator de proteção, pois "tem comida na mesa" e "não temos fome". De maneira particular, MMA indicam também que a contribuição que dão às suas casas com o trabalho doméstico e no campo faz com que se sintam bem, porque se sentem úteis e levados em consideração.

### 2. Âmbito escolar

No ambiente escolar, MMA comentam que apreciam o apoio e a atenção que recebem de professoras, professores e diretores de escolas que os ouvem, aconselham e orientam: "O diretor da escola sempre nos ouve e está atento". Além disso, as atividades educacionais que MMA fazem na escola faz com que se sintam protegidos, pois são atividades que

contribuem para o seu desenvolvimento. Para MMA, aprender coisas novas todos os dias e cultivar hábitos de leitura são atividades que os incentivam e motivam. A infraestrutura escolar também é valorizada por MMA por ser um local seguro e, por sua vez, possui áreas de socialização e recreação.

### Comunidade

- Organização comunitária
- Apoio social
- Infraestrutura comunitária
- Espaços de participação
- Redes de suporte e proteção

### Escola

- Apoio e cuidado da comunidade educacional
- Atividades educacionais
- Infraestrutura escolar

### Casa

- Orientação e apoio familiar
- Convivência e comunicação
- Proteção, demonstrações de afeto e motivação
- Alimentação e nutrição

Ilustração 4. Fatores de proteção de MMA, Brasil

### 3. Âmbito comunitário

Ao nível da comunidade, o principal fator de proteção é constituído pela organização comunitária e pela coesão social, particularmente nos contextos rurais onde o mapeamento foi realizado. Nestes contextos, é relatada uma alta participação e liderança comunitária, o que permite a mobilização e o apoio mútuo entre vizinhos e membros da comunidade. A coexistência e a comunicação entre vizinhos e amigos também são consideradas positivamente por MMA, porque eles podem compartilhar com outras pessoas, desfrutar de festividades comunitárias e assistir ou participar de eventos esportivos. Outro fator de proteção, de acordo com adultos e MMA participantes, é a infraestrutura.

Para ambos, as áreas recreativas e desportivas são vitais para o seu desenvolvimento físico e psicológico, assim como a utilização gratuita dos espaços públicos. De forma comparável, os espaços de participação social de MMA são considerados importantes, principalmente frequentar a igreja e participar de grupos que são organizados lá. MMA também valorizam participar de ações e atividades voluntárias, bem como de programas para adolescentes e jovens. Em certo ponto, MMA também consideram que a escola abre espaços relevantes para a sua participação.

Por último, porém não menos importante, o mapeamento mostrou as redes de apoio e proteção presentes ao nível da comunidade, tanto governamentais como não governamentais. Em relação à primeira, o Brasil possui diversas instâncias governamentais de proteção social de MMA derivadas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) e da Política de Proteção à Criança. Entre essas instâncias estão os Centros de Assistência Social (CRAS) e Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), que oferecem diversos serviços sociais para o fortalecimento familiar. Ao mesmo tempo, na maioria das comunidades mapeadas,

tanto rurais quanto urbanas, existem creches para MMA que apoiam inúmeras famílias que trabalham no cuidado de MMA. Conselhos Tutelares (CT) são mais uma instância de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos de meninos, meninas e adolescentes.

O Estado brasileiro também implementa, há mais de 10 anos, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que apoia financeiramente famílias de baixa renda e que, dessa forma, permite proteger MMA. Os serviços de saúde são outra instância importante de proteção para MMA, considerando que oferecem orientação e apoio por meio de serviços especializados (ex.: psicologia). Outros elementos que estendem a proteção de MMA em suas comunidades, serviços de segurança pública (polícia) e por sua vez, as organizações não governamentais oferecem programas voltados para MMA que complementam e aumentam sua proteção.

Algumas delas são a Rede de Juventudes em Defesa dos seus Direitos Sociais (Rejudes), formada por jovens entre 15 e 24 anos que participam ativamente e influenciam os espaços de decisão. Outras organizações de apoio são parceiras locais da ChildFund (ex. PROSESC, FBPC, SESFA, GCRIVA), que implementam e desenvolvem diferentes programas de acordo com faixa etária, e assim promovem a prevenção e proteção de MMA. Por fim, parte das redes de apoio e proteção em nível local é formada por líderes comunitários, que MMA e adultos reconhecem por fornecer aconselhamento e orientação para MMA e suas famílias, além de serem multiplicadores de boas práticas de proteção.

## III. O que podemos fazer para fortalecer a proteção de MMA no Brasil?

As recomendações apresentadas a seguir identificam questões relacionadas à constituição de um sistema local de proteção para meninas, meninos e adolescentes. Este sistema não foi explicitamente abordado no documento, no entanto, os achados do mapeamento permitem inferir linhas de trabalho para enfrentar os desafios que se colocam nas comunidades para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Nos países que fizeram parte desse mapeamento, apesar dos esforços realizados até o momento, nem todos têm seus direitos básicos contemplados, nem têm acesso a serviços públicos de qualidade, transporte, educação, saúde, entre outros. Nesse sentido, é necessário um trabalho sustentado e progressivo para fortalecer a capacidade do Estado de prover a proteção necessária ao desenvolvimento integral das crianças.

Em segundo lugar, são apresentadas sugestões para erradicar a violência contra meninas, meninos e adolescentes, com base nos resultados obtidos em cada área (casa, escolas e comunidade). São divulgadas considerações sobre a implantação e fortalecimento dos serviços públicos, o desenvolvimento de habilidades de meninas, meninos, adolescentes e adultos, bem como as condições de mudança de normas e valores. Não são exaustivas, mas buscam oferecer linhas gerais de reflexão sobre a constituição de espaços seguros e dignos para as crianças.

### a. Fortalecimento do quadro institucional a nível municipal

- As causas de violência são multidimensionais e lidar com este problema requer um esforço sustentado por parte de todos os setores da sociedade. Como esta pesquisa mostrou, os fatores que sustentam práticas desiguais (inclusive desigualdade de gênero), maus tratos, discriminação e abuso exigem ações em diferentes áreas, como saúde, nutrição, educação e justiça.

- Em todos os países que fizeram parte desse mapeamento de proteção, existe um arcabouço legal referente aos direitos de MMA. No entanto, criar instituições e mecanismos que garantam seu pleno aproveitamento ainda é um desafio. Em particular no nível local, é necessário fortalecer as políticas públicas voltadas para programas de prevenção e atenção à violência, abuso, negligência ou exploração contra meninas, meninos e adolescentes, em todos os ambientes onde crescem e se desenvolvem.
- A articulação das instâncias que compõem os sistemas de proteção (tais como ministérios sociais, escritórios de proteção à criança, organizações de direitos humanos, ouvidorias) é essencial para a implementação de programas preventivos e esquemas de restituição de direitos.
- As estratégias para desenvolver e consolidar sistemas de proteção abrangentes para MMA não só precisam ser incluídos nos planos de desenvolvimento nacional, mas também implicam ter orçamentos suficientes e mecanismos de responsabilização que garantam a sua correta implementação.

### b. Serviços

- A integração efetiva dos direitos das meninas, meninos e adolescentes é uma competência do Estado, mas as autoridades locais precisam coordenar os esforços de todos os agentes (autoridades comunitárias, organizações de desenvolvimento, pais, e mesmo MMA), para assegurá-la.
- A prevenção e o atendimento à violência implicam na coordenação dos serviços de proteção social e programas de assistência social com foco em meninas, meninos e adolescentes e famílias. Ou seja, a abordagem consiste em garantir o direito das crianças a crescerem na família e na comunidade.
- Em áreas com pouco acesso, garantir mecanismos de proteção implica assegurar sistemas de apoio, como visitas às comunidades, trabalho em centros comunitários ou de atenção básica e apoio voluntário especializado.

- O mapeamento dos serviços locais existentes e a identificação de lacunas para o bom funcionamento permitiria estabelecer as primeiras ações para desenvolver programas de proteção para MMA.
- A nível local, o reconhecimento dos direitos da criança ainda não é um fato. Meninas, meninos e adolescentes, seus pais e membros da comunidade geralmente não os conhecem. É preciso sensibilizar a população sobre os efeitos da violência, divulgar os direitos das crianças e promover serviços de proteção que as coloquem no centro. Todas essas são ações que requerem esforços sustentados.
- As descobertas do mapeamento mostram a necessidade de serviços de informação, aconselhamento e mecanismos de encaminhamento de caso acessíveis para MMA. No entanto, deve-se ter em mente que, uma vez iniciada a reflexão e a mobilização das comunidades, aumentará a demanda por serviços ou atendimento aos casos.
- Isso pode ser positivo se as instituições contarem com o apoio da comunidade, bem como a capacidade de lidar e acompanhar de forma eficiente as reclamações.
- A participação da comunidade, que inclui a opinião de MMA, é decisiva na escolha de prioridades e implementação de iniciativas.
- A lacuna na acessibilidade a cuidados e serviços eficientes exige recursos materiais e humanos capacitados para detectar situações de risco, bem como para restabelecer os direitos violados, a começar por mecanismos de reclamação imediata quando a integridade pessoal do MMA é afetada.
- A prevenção da violência, assim como a garantia da segurança humana, passa pela formação de pessoas (funcionários públicos, provedores de serviços básicos etc.) que ofereçam serviços de prevenção, atendimento e notificação.
- Para uma boa aplicação dos recursos, sugere-se a criação e consolidação de espaços de intercâmbio onde as melhores práticas sejam compartilhadas e iniciativas comuns

sejam geradas por consenso entre as organizações de desenvolvimento e os diferentes agentes da sociedade civil. Isso geraria estratégias com maior impacto.

### **c. Participação de MMA**

- A participação dos MMA é um fator fundamental para reconhecer o valor de suas opiniões, bem como para promover o exercício de seus direitos.
- Para gerar ambientes dignos e livres de violência, sua participação ativa e permanente é essencial na tomada e execução de decisões no âmbito familiar, escolar e social.
- Os processos de participação de MMA devem ser transparentes, ter informações completas, acessíveis e adequadas à idade. Eles também devem ser voluntários, respeitosos e inclusivos.
- A detecção de vítimas de violência depende de ouvir e fornecer apoio adequado, proteção e justiça amigável para MMA.
- No caso de atuação de autoridades, tanto comunitárias quanto governamentais, é obrigatório que se faça de acordo com os protocolos de atendimento estabelecidos pelo Estado e complementados por redes comunitárias de apoio.
- Para isso, os adultos devem minimizar os riscos derivados da participação de MMA, saber onde pedir ajuda e acompanhar as situações que surgirem.

### **d. Mudança de normas e atitudes**

- A implementação de campanhas de conscientização para a população em geral sobre todas as formas de violência e seus efeitos, especialmente sobre a erradicação dos castigos corporais e tratamentos humilhantes, deve ser complementada com programas de apoio à paternidade positiva e à construção da paz.
- É necessário reforçar a visibilidade da violência de gênero considerando estratégias

conjuntas e diferenciadas para meninas e meninos a partir da violência que é exercida contra cada um deles, conforme evidenciado em diversos mapeamentos de países.

- A redução de comportamentos de risco, como o consumo de álcool, drogas e crime organizado são estratégias a incluir nos programas de convivência pacífica. Esses comportamentos foram continuamente mencionados no mapeamento à medida que aumentavam a intensidade e a frequência dos casos de violência, tanto no ambiente privado quanto no público.

## **e. Recomendações de erradicação da violência por área**

Esta seção apresenta recomendações para promover a erradicação das práticas de violência contra a criança, que são altamente generalizadas, conforme evidenciado no mapeamento, em cada cenário (casa, escola e comunidade). Somente a partir de uma estratégia que interconecte iniciativas em todos os setores, serão geradas mudanças nos padrões individuais e coletivos de cuidado infantil.

### **1. Âmbito familiar**

- Os cuidadores primários requerem programas sociais que garantam o desenvolvimento das crianças em suas famílias e comunidades. A prestação de serviços de assistência social, como planos de proteção social, programas de visitas de profissionais de saúde à comunidade ou creches, são exemplos desses programas.
- Para promover mudanças nas práticas familiares, é necessário fortalecer as competências dos principais cuidadores em relação à parentalidade positiva e ao autocuidado.
- O desenvolvimento de esquemas de colaboração entre famílias da comunidade, áreas governamentais relacionadas ao bem-estar das crianças e organizações da sociedade civil facilita a definição de papéis e responsabilidades. A construção de redes intersetoriais não só reduz a duplicação de esforços, mas também estimula mecanismos de participação mais alinhados às necessidades da população.

### **2. Âmbito escolar**

- Por ser um espaço natural de socialização de crianças e adolescentes, a escola torna-se um ambiente fundamental para a promoção de habilidades para a vida, como autoconhecimento, gestão da emoção, comunicação assertiva, gestão de conflitos e capacidade de tomada de decisão.
- Recomenda-se a revisão do quadro legal, das políticas e programas públicos nas escolas, a fim de mapear as oportunidades de fortalecimento dos espaços de participação que promovem ambientes livres de violência, bem como os mecanismos de denúncia de casos.
- A construção de projetos de paz nas escolas permite o desenvolvimento de competências de aprendizagem socioemocional que promovem relações positivas entre casais e adultos. Da mesma forma, como foi evidenciado no caso da Bolívia, constituem espaços para prevenir, detectar e encaminhar casos de violência.

### **3. Âmbito comunitário**

O espaço local é um âmbito que permite o fortalecimento das lideranças comunitárias. Para eles, é recomendado:

- Conhecer o quadro de possibilidades estabelecidas em lei para potencializar a participação cidadã e a gestão social nas instâncias governamentais.
- Identificar oportunidades e lacunas nos espaços de representação comunitária para a formação e fortalecimento de uma rede de prevenção, vigilância e encaminhamento à atenção básica em casos de violência contra MMA.
- Estabelecer planos de ação comunitária para a proteção de crianças e adolescentes a partir de um diálogo inclusivo que os vincule às autoridades locais.
- Por meio de planos de ação, as condições ambientais e de segurança pública podem ser melhoradas, como já aconteceu com os processos de recuperação de espaços por meio de processos participativos.
- A nível comunitário, existem formas organizacionais próprias que garantem o bem-estar da comunidade. No entanto, nenhum deles tem foco nos direitos de MMA e, portanto, ações direcionadas a MMA são limitadas ou nulas.
- Iniciar um processo que visa a criação de mecanismos de proteção de base comunitária implica, por um lado, sensibilizar suficientemente as principais partes interessadas sobre a questão e, por outro, concentrar esforços nos riscos comuns identificados neste mapeamento, de acordo com o contexto.

**ChildFund**<sup>®</sup>  
International



**FLACSO**  
GUATEMALA

**ChildFund**  
Brasil  
Fundo para Crianças

